



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

CNPJ: 27.097.229/0001-42



Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

Notas		2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE		19.276.068,67	7.284.500,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.207.132,89	4.471.344,80
	Caixa	2.760,41	3.354,49
	Bancos c/c sem Restrições	180.436,39	177.873,88
	Bancos c/c com Restrições	11.023.936,09	4.290.116,43
Créditos receber		7.963.952,75	2.723.729,72
	Valores Diversos / Adiantamento a Funcionários	6.500,00	4.345,65
	Convênios Públicos 8	7.957.452,75	2.719.384,07
Estoques		104.983,03	89.426,42
	Almoxarifado Estoque Hospital 9	104.983,03	89.426,42
NÃO CIRCULANTE		25.662.001,46	24.622.689,63
Imobilizado 10		25.662.001,46	24.622.689,63
	Bens sem Restrição	17.527.552,34	17.527.552,34
	Bens com Restrição	15.290.690,09	12.926.582,16
	(-) Depreciação	-7.156.240,97	-5.831.444,87
Total do Ativo		44.938.070,13	31.907.190,57
PASSIVO			
CIRCULANTE		23.101.214,44	10.723.659,73
	Fornecedores de bens e serviços 11	521.006,97	99.048,45
	Obrigações com Empregados 12	1.369.283,80	946.777,49
	Encargos Sociais 13	545.904,82	373.454,29
	Obrigações Tributárias 14	298.129,91	144.407,88
	Recursos de Convênios em Execução 15	20.219.053,26	9.037.069,32
	Contas a Pagar 16	147.835,68	122.902,30
NÃO CIRCULANTE		13.401.790,16	13.426.563,56
	Empréstimos e Consignações 17	55.998,69	12.863,00
	Parcelamentos tributários 18	0,00	16.213,21
	Processos Judiciais / tributários 19	13.345.791,47	13.397.487,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20		8.435.065,53	7.756.967,28
	Patrimônio Social	7.756.967,28	7.064.833,20
	Superávit ou Déficit Acumulado	678.098,25	692.134,08
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		44.938.070,13	31.907.190,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

DESCRIÇÃO	Notas	SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS						
RECEITAS SEM VÍNCULOS CONVÊNIOS						
Receitas - doações/contribuições			72.730,45	2.008.531,87	2.081.262,32	2.854.030,52
Prestação serviços			297.830,51		297.830,51	156.316,24
Receitas agropecuárias/locação				163.653,91	163.653,91	87.774,61
Gratuidades financeiras - bolsas de estudo				21.050.108,65	21.050.108,65	17.140.744,18
Receitas Serviços Voluntários/outras			65.593,93	125.583,66	191.177,59	64.583,66
(-) Bolsas integrais - 100%				-21.050.108,65	-21.050.108,65	-17.140.744,18
		0,00	436.154,89	2.297.769,44	2.733.924,33	3.162.705,03
RECEITAS COM CONVÊNIOS PÚBLICOS						
SUS / OUTRAS			1.597.096,32	316.826,65	1.913.922,97	1.696.592,71
Poder Público Municipal	1.261.948,63		6.085.148,67	2.237.736,32	9.584.833,62	9.467.117,80
Governo Federal Emendas			770.898,28		770.898,28	647.278,48
Governo do Estado			50.920,00	17.813.197,22	17.864.117,22	12.831.229,55
		1.261.948,63	8.504.063,27	20.367.760,19	30.133.772,09	24.642.218,54
TOTAL RECEITAS PERÍODO		1.261.948,63	8.940.218,16	22.665.529,63	32.867.696,42	27.804.923,57
CUSTOS						
Sem vínculo convênios			202.295,27	1.809.002,66	2.011.297,93	2.267.253,84
Vinculados convênios públicos	1.204.514,08		9.635.390,27	18.163.602,36	29.003.506,71	24.454.569,05
		1.204.514,08	9.837.685,54	19.972.605,02	31.014.804,64	26.721.822,89
DESPESAS ADMINISTRATIVAS						
<i>Despesas administrativas</i>	10.290,00		412.335,24	1.236.762,40	1.659.387,64	880.797,79
<i>Despesas tributárias</i>			4.050,30	5.640,75	9.691,05	31.938,98
	10.290,00		416.385,54	1.242.403,15	1.669.078,69	912.736,77
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO						
Receitas financeiras		8.255,94	38.179,37	557.644,32	604.079,63	550.176,34
Despesas financeiras		-15,60	-85.775,73	-24.003,14	-109.794,47	-28.406,17
		8.240,34	-47.596,36	533.641,18	494.285,16	521.770,17
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		55.384,89	-1.361.449,28	1.984.162,64	678.098,25	692.134,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

Histórico	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31/12/2021	13.293.097,03	-6.228.263,83	7.064.833,20
Deprecia�o de imóvel recebido em doa�o			0,00
Reservas de Reavalia�o Bens Imoveis			0,00
Ajuste de Exercicio Anteriores			0,00
Redu�o de Patrim Social (entrada déficit)			0,00
Destina�o do Superávit	-6.228.263,83	6.228.263,83	0,00
Déficit do Exercício		692.134,08	692.134,08
Saldo em 31/12/2022	7.064.833,20	692.134,08	7.756.967,28
Histórico	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31/12/2022	7.064.833,20	692.134,08	7.756.967,28
Deprecia�o de imóvel recebido em doa�o			0,00
Reservas de Reavalia�o Bens Imoveis			0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores			0,00
Redu�o de Patrimônio Social (entrada déficit)			0,00
Destina�o do Superávit	692.134,08	-692.134,08	0,00
Déficit do Exercício		678.098,25	678.098,25
Saldo em 31/12/2023	7.756.967,28	678.098,25	8.435.065,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.



Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do período	678.098,25	692.134,08
Ajustes por:		
Mais: Depreciações	1.324.796,10	585.434,53
Menos: Lucro na Venda de Imobilizado		
Superávit (Déficit) ajustado	2.002.894,35	1.277.568,61
Diminuição (aumento) nos Ativos		
Adiantamento a Empregados	-2.154,35	-3.739,65
Estoques	-15.556,61	4.351,81
Despesas Antecipadas Vale Transportes	0,00	-1.772,04
Convênios a Receber	-5.238.068,68	-1.019.868,33
Aumento (diminuição) nos Passivos		
Fornecedores de bens e serviços	421.958,52	33.455,32
Obrigações com empregados	422.506,31	237.842,24
Encargos Sociais	172.450,53	183.713,52
Obrigações Tributárias	153.722,03	107.786,46
Recursos de Convenio e Execução	11.181.983,94	2.819.824,64
Contas a Pagar	24.933,38	-8.565,40
Emprestimos e Consignações	43.135,69	-24,22
Parcelamentos Tributários	-16.213,21	-41.461,26
Processos Tributários	-51.695,88	218.072,49
	7.097.001,67	2.529.615,58
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	9.099.896,02	3.807.184,19
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda de Imobilizado		17.772,04
Pagamento pela Compra de Imobilizado	-2.364.107,93	-3.983.068,74
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	-2.364.107,93	-3.965.296,70
Atividades de Financiamentos		
Pagamento de Empréstimos	0,00	0,00
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Financiamentos	0,00	0,00
Aumento (diminuição) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	6.735.788,09	-158.112,51
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.471.344,80	4.629.457,31
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	11.207.132,89	4.471.344,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos –

Data Aprovação das Demonstrações Contábeis 2022

Aprovação das demonstrações contábeis 2023, em 22 de Fevereiro de 2024, conforme autorização da Junta Diretora.

1. A Entidade e suas Atividades

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES, fundado em 26 de abril de 1968, com foro e sede na Cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade a prestação de serviços educacionais, sociais e também na área de saúde. que será regida pelos presentes Estatutos. Seu órgão soberano é a Assembleia Geral constituída por seus Associados, que compõem sua Junta Diretora. A Entidade tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico. (artigo 4 do Estatuto aprovado e devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Anchieta), conforme descrevemos na íntegra e desenvolve as suas atividades no estado do Espírito Santo, sendo reconhecida como entidade de Utilidade Pública municipal, estadual e federal, além de ser certificada pelo CNAS/CEBAS.

Esta certificação confere a Entidade os benefícios fiscais de imunidade do imposto de renda (com base no Artigo 150 da Constituição Federal) e isenção da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (com base na Lei nº 8.212/91).



Para a consecução dos seus objetivos sociais, a entidade recebe contribuição, principalmente de órgãos públicos, desenvolvendo projetos nos campos educacional, comunitário, cultural e assistencial.

A Entidade mantém as seguintes Instituições:

Na área de saúde:

- Centro Comunitário de Saúde;
- P A Adauto Gonçalves RNS.

Na área educacional:

- Efa de Olivânia;
- Efa de Alfredo Chaves;
- Efa de Rio Novo do Sul;
- Efa de Campinho;
- Efa de Jaguaré;
- Efa de São Mateus – KM41;
- Efa do Bley;
- Efa Rio Bananal;
- Efa de Pinheiros;
- Efa de Boa Esperança;
- Efa de Vinhático;
- Efa de Chapadinha;
- Efa de Garrafão;
- Efa de Marilândia;
- Eftur;
- Efa de Castelo;
- Efa de Belo Monte;
- Efa de Cachoeiro;
- Creches;
- Efa Ibitirama.
- Efa de Barra de São Francisco.



Na área de assistência social:

- Centro de Formação;
- Centro de Saúde;
- Área social comunidade local.

2. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base na ITG 2002 e NBC TG 1000, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.



As Demonstrações Contábeis perfilam as práticas contábeis adotadas no Brasil, voltada para as entidades sem fins lucrativos. As principais práticas adotadas são assim resumidas:

a. Receitas e Despesas:

Critérios de apuração de receitas e despesas – por regime de competência respeitando o previsto na ITG 2002 R1, sendo contabilizadas por regime de caixa apenas as receitas sem provável certeza de recebimento.

Os investimentos sociais são objeto de análise e aprovação da Junta Diretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa:

Estão representadas pelos recursos disponíveis em caixa, conta corrente e aplicações financeiras. A entidade trabalha com cheque. O Saldo de caixa é para pagamento de pequenas despesas, cujo ressarcimento se opera através de nova emissão de cheque.

As aplicações financeiras estão demonstradas na conta Bancos, pelo valor de aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriadas até a data do Balanço, com base no regime de competência.

c. Imobilizado:

Os bens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear e as taxas anuais utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com a NBC TG 27 (R3).

d. Obrigações trabalhistas:

As provisões de férias e de 13º salário são constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data das demonstrações contábeis, incluindo os correspondentes encargos sociais incidentes.

e. Doações:



As doações recebidas são em sua maioria provenientes de pessoas físicas e são destinadas a projetos específicos. As doações sob a forma de serviços são registradas como receita de doações e, ao mesmo tempo, como custo dos respectivos projetos.

f. Patrimônio Social:

Esse saldo é representado pelo patrimônio inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, após aprovação da Assembleia de associados.

g. Superávits e Déficits:

Os superávits e déficits são registrados em conta própria de resultado e após aprovação pelas assembleias dos associados, são transferidos para a conta “Patrimônio Social”.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4. Investimentos sociais

Os investimentos sociais somaram em 31.12.23 R\$ 31.014.804,64, os quais foram aplicados em projetos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
Assistência Social	1.204.514,08	993.812,49
Educação	19.972.605,02	17.186.745,34
Saúde	9.837.685,54	8.541.265,06
Total de Investimentos	31.014.804,64	26.721.822,89

5. Receitas de Doações



As receitas de doações provêm das seguintes fontes:

Descrição	2023	2022
Doações Pessoas Físicas	388.523,07	433.855,17
Contribuições dos Pais	105.673,57	79.906,25
Doações Associações	777.479,22	991.611,23
Receitas Parceiros do MEPES Entidades	90.379,70	29.228,01
Doações de Gêneros Aliment/Medica CCS	0,00	6.113,75
Doações – CCS – Bazar	40.593,93	33.130,00
Doações Eventos	125.965,03	75.325,42
Doações de Bens SEAG	552.647,80	1.175.806,45
Total das Doações	2.081.262,32	2.824.976,28

As referidas receitas foram aplicadas em programas distintos, para os quais foram desenvolvidos diversos projetos.

6. Receitas de Serviços Voluntárias / Outras

As receitas oriundas são discriminadas assim:

Descrição	2023	2022
Doações Serviços Voluntários	64.583,66	64.583,66
Receitas Alienação Bens	86.000,00	0,00
Total Receitas Serviços / Outras	150.583,66	64.583,66

7. Receitas de Prestação de Serviços e Agropecuárias

As receitas de prestação de serviços são oriundas do centro comunitário de saúde, esses valores são todos aplicados em projetos destinado a comunidade local para a manutenção do hospital, as receitas agropecuárias são provenientes das atividades de campo das Efas executadas pelos próprios alunos, os recursos são destinados a



projetos na comunidade e manutenção da Efa, e receitas de locação referente ao espaço do centro de formação e salas do centro comunitário de saúde.

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços Hospitalares	297.830,51	156.316,24
Receitas Agropecuárias	154.253,91	17.350,00
Receitas de Locação	9.400,00	70.424,61
Total das Receitas	461.484,42	244.090,85

8. Convênios Públicos

Os convênios públicos a receber no valor de R\$ 7.957.452,75 (Sete Milhões, Novecentos e Cinquenta e Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos), que será recebido no ano seguinte, conforme quadro abaixo:

Convênios a receber	Valor
Prefeitura Municipal de Anchieta (Oliv	207.345,00
Prefeitura Municipal de Anchieta (Creches	1.187.779,04
Prefeitura Municipal de Castelo	80.000,00
Termo SEDU MEPES	3.749.812,38
Prefeitura Municipal de Anchieta (Hosp	295.959,52
Prefeitura Municipal de Nova Venecia	98.333,36
Prefeitura Municipal de Boa Esperança	175.000,00
Prefeitura Municipal de Pinheiros	15.659,00
Termo SEAG MEPES	84.240,10
Termo Mepes PA RNS	1.985.669,15
Prefeitura Municipal de BSF	77.655,20
Total Convênios a Receber	7.957.452,75



9. Estoques

Os Estoques com saldo de R\$ 104.983,03 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e três centavos), referente compra de remédios e medicamentos e outros materiais, conforme controle de estoque do Centro Comunitário de Saúde, que ficou no estoque para serem utilizados no ano seguinte.

10. Imobilizado

As contas de investimentos totalizaram um valor final de R\$ 25.662.001,46 (vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, um real e quarenta e seis centavos).

O valor das despesas com depreciação anual totalizou o montante de R\$ 1.324.796,10 (hum milhão, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e seis reais e dez centavos), registrado na conta despesas não operacional, soma-se obra doada e incorporada no ativo imobilizado do MEPES, conforme consoante termo de compromisso de ajustamento de conduta entre os compromissados: MPE-SEAMA-IEMA-CESAN-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA-SAMARCO, e como compromitente beneficiado o MEPES, consoante cláusula 2.20 do mesmo documento datado de 05/05/2005 aditado no dia 27/10/08. No dia 29/04/12 o hospital de Anchieta foi reinaugurado e entregue ao MEPES, segundo o MPE, no seu boletim site www.mpes.gov.br, o custo da reforma alcançou o valor de R\$ 8.100.000,00, no ano de 2013, transferido para conta de Edificações do ativo imobilizado.

O imobilizado foi feito o teste de impairment onde não foi identificado perda por redução do valor recuperável, conforme planilha de apuração do teste, não ocasionando perdas por desvalorização.



Descrição	Custo	Baixa Depreciação	Adições	Baixas	2023	2022
Imóveis	11.136.836,91				11.136.836,91	11.136.836,91
Móveis e Equipamentos	8.289.893,65		1.399.567,47		9.689.461,12	8.289.893,65
Veículos	2.379.173,57		(228.000,00)	255.062,54	2.352.111,03	2.379.173,57
Biblioteca	548.230,47		(991.602,90)		1.539.833,37	548.230,47
Edificações	8.100.000,00				8.100.000,00	8.100.000,00
Total do Investimento	30.454.134,60				32.818.242,43	30.454.134,60
(-) Móveis e Equipamentos (10%)	(4.109.279,00)	(886.097,34)			(4.995.376,34)	(4.109.279,00)
(-) Veículos (20%)	(1.182.762,96)	(308.160,00)		(255.062,54)	(1.490.922,96)	(1.182.762,96)
(-) Biblioteca (10%)	(539.402,91)	(130.538,76)			(669.941,67)	(539.402,91)
Depreciação Acumulada	(5.831.444,87)	(1.324.796,10)			(7.156.240,97)	(5.831.444,87)

11. Fornecedores

Na conta fornecedores a pagar, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde:

Descrição	2023	2022
CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE	521.006,97	99.048,45
<i>Fornecedores de Mercadorias</i>	<i>210.483,29</i>	<i>99.048,45</i>
<i>Fornecedores de Serviços</i>	<i>310.523,68</i>	<i>0,00</i>



12. Obrigações com Empregados

As obrigações com empregados no valor de R\$ 1.369.283,80 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos) referem-se à salários, rescisão e provisões de férias do mês de dezembro/2023. Deste montante R\$ 1.149.977,50 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) refere-se ao Hospital e R\$ 219.306,30 (duzentos e dezenove mil, trezentos e seis reais e trinta centavos), das EFAS, Departamento Administrativo, PA e Creches.

Descrição	2023	2022
AUX CENTRAL	0,00	436,32
<i>Férias a Pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>436,32</i>
HOSPITAL	1.149.977,50	886.647,15
<i>Salários a pagar</i>	<i>326.647,60</i>	<i>258.289,23</i>
<i>Rescisões a Pagar</i>	<i>2.561,15</i>	<i>0,00</i>
<i>Pensão Alimentar a Pagar</i>	<i>1.980,00</i>	<i>1.818,00</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>818.788,75</i>	<i>626.539,92</i>
CENTRO	0,00	1.077,72
<i>Salários a pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>1.077,72</i>
CRECHES	0,00	0,00
<i>Salários a pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
AUXILIARES	64.677,65	58.616,30
<i>Salários a pagar</i>	<i>12.023,04</i>	<i>9.723,33</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>52.654,61</i>	<i>48.892,97</i>
P A RNS	144.353,54	0,00
<i>Salários a pagar</i>	<i>81.354,79</i>	<i>0,00</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>59.955,95</i>	<i>0,00</i>
<i>Rescisões a Pagar</i>	<i>3.042,80</i>	<i>0,00</i>
EFA BSF	10.275,11	
<i>Salários a pagar</i>	<i>3.870,44</i>	
<i>Férias a Pagar</i>	<i>6.404,77</i>	
<i>Total das obrigações com empregados</i>	1.369.283,80	946.777,49



13. Encargos Sociais

Os encargos sociais sobre a folha de pagamento no valor de R\$ 545.904,82 (quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Tributo	2023	2022
Contribuição Sindical	9.536,97	7.256,10
FGTS	262.658,42	184.269,16
INSS	271.191,10	181.929,03
IRRF	2.518,33	
Total Encargos	545.904,82	373.454,29

Unidade	2023	2022
Hospital	209.467,14	84.422,56
Efas Professores	261.263,68	226.736,26
Efas Diretores	30.277,84	27.551,67
CFR e Aux Centr	1.673,99	236,34
Ef turismo	0,00	6.797,64
Creches	15.759,68	19.118,37
Efas Auxiliares	8.746,08	8.591,45
P A RNS	17.650,71	0,00
EFA BSF	1.065,70	0,00
Total Unidades	545.904,82	373.454,29

14. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias a recolher referente a (IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre folha de pagamento de salários) no valor total de R\$ 298.129,91 (duzentos e noventa e oito mil, cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos).

Tributo	2023	2022
IRRF CCS	79.648,40	144.407,88
IRRF EFAS	218.481,51	0,00



15. Recursos de Convênios em Execução

Os Recursos de Convênios em Execução no valor de R\$ 20.219.053,26 (vinte milhões, duzentos e dezenove mil, cinquenta e três reais e vinte e seis centavos), que será recebido no ano seguinte, a partir do momento do recebimento e aplicação do recurso será transferido para a conta de receitas de convênios.

Convênios a receber executar	2023	2022
SEDU – Governo do Estado	5.197.767,62	946.391,83
Prefeitura Municipal de Anchieta Olivânia	207.345,00	190.736,62
Prefeitura Municipal de Anchieta Eftur	18.490,00	0,00
Prefeitura Anchieta CCS	523.814,82	563.347,82
Prefeitura Anchieta Creches	1.187.779,04	986.948,63
Prefeitura de Nova Venécia	98.333,36	25.833,37
Prefeitura Municipal de Castelo	80.000,00	160.000,00
Convênio SEAG	84.240,10	478.221,50
Convênio Federal Emendas	1.043.600,93	652.295,63
Convênio Prefeitura de Pinheiros	15.659,00	7.829,50
Termo de Fomento Barra de São Francisco	77.655,20	160.595,07
Prefeitura Municipal de RNS – PA	1.985.669,15	0,00
Termo Fomento SESA CCS	139.927,07	190.847,07
Termo Fomento Boa Esperança	175.000,00	100.000,00
Termo SEDU MEPES	8.933.005,95	4.271.745,33
Termo de Fomento Sectides Eftur	450.766,02	259.911,02
Termo de Fomento Aderes Eftur	0,00	42.365,93
Convênios a Executar	20.219.053,26	9.037.069,32



16. Contas a Pagar

Nas contas a pagar, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde:

Descrição	2023	2022
CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE	147.835,68	122.902,30
<i>Energia a Pagar</i>	94.932,47	28.102,30
<i>Telefone a Pagar</i>	1.144,26	0,00
<i>Serv. Honorários a Pagar</i>	10.800,00	19.800,00
<i>Processo Judicial a Pagar</i>	25.200,00	75.000,00

Referente a conta de energia em litigio judicial, conforme processo n. 001068-13.2019.8.08.0004, aguardando decisão judicial, valor este de R\$ 28.102,30, e o restante dos meses de 2023, em atraso.

Pensão judicial a pagar, do mês de dezembro/2023, sendo pago no mês seguinte.

Serviços Honorários a Pagar e Processo Judicial a Pagar, trata-se de processo judicial 000015-68.2004.8.08.0021 -, condenado em 36 parcelas, sendo de R\$ 3.000,00, R\$ 2.100,00, para a parte e R\$ 900,00 sendo honorários contábeis -. R\$ 75.600,00, e R\$ 32.400,00, respectivamente, e processo 5004460-14.2022.8.08.0021 - Homologação de sentença - Joao Davi Pereira Lima Rodrigues; Luana Pereira Lima, Alexandre Rodrigues de Jesus, referente ação - Adv Roberto Porto, montante de R\$ 43.200,00 x 12 parcelas, R\$ 3.600,00, em 06/09/2022.



17. Empréstimos e Consignações

Na conta empréstimos e Consignações, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde, valor referente convênio com o Banco Banestes S/A, empréstimos dos funcionários que é descontado em folha de pagamento, e empréstimo CNT n. 23-121277-00, contraído em 28/12/2023, no valor de R\$ 35.000,00, e juros/encargos R\$ 11.184,16, totalizando R\$ 46.184,16, divididos em 24 parcelas fixas de R\$ 1.924,34, com vencimento final 02/01/2026.

Descrição	2023	2022
CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE	55.998,69	12.887,22
<i>Consignação Banestes Func a Pagar</i>	9.814,53	12.887,22
<i>Empréstimo CCS Banestes</i>	46.184,16	0,00

18. Parcelamentos tributários

a. Parcelamento RFB/PGFN referente a IRRF, conforme termo de consolidação do parcelamento, feito em 30/07/2020, no valor total de R\$ 54.204,94, referente IRRF do mês de dezembro 2020, mais juros/multas, totalizando o valor de R\$ 72.959,13, divididos em 36 parcelas, conforme processo n. 003620591, liquidado em 2023

19. Processos Judiciais Perda Provável

Valor referente aos processos de levantamentos de INSS ocorridos no período de 2003 a 2007, provisionado no balanço patrimonial, que está em julgamento pela justiça - acordo, aguardando decisão final, cujo valor aproximado é de R\$ 6.259.004,63 (seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatro reais e sessenta e três centavos).

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, vem buscando esforços para a construção de acordos judiciais, que foi movida por empregados do quadro de professores através do Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo – SIMPRO, referente processo n. 0022500-60.2004.5.17.0151. A solicitação inicial a esse



processo está em torno de R\$ 6.626.942,27 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Processo encontra-se na situação perda provável, a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso e onde vários empregados desistiram de mover a ação, está sendo realizada perícia, somente depois de encerrado a perícia, que poderemos definir o valor a ser executado, considerando as incertezas neste momento, não podemos prever este valor, está sendo avaliados vários fatores, dentre os que podemos destacar, convenção coletiva da época, período trabalhado, várias desistências, entre outras, com base no parecer do jurídico, provavelmente irá ser gerada uma significativa e relevante economia para o patrimônio do Movimento De Educação Promocional do Espírito Santo, inclusive quanto às custas judiciais à luz da reforma trabalhista.

Processo Trabalhista n. 0022500-60.2004.5.17.0151, SIMPRO, sindicatos dos professores, na situação de perda provável, processo este em litigio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 6.626.942,27, influenciando no resultado do exercício.

Processo Trabalhista n 0003470-26.2013.8.08.0021 – CCS, fase de Instrução, na situação de perda provável, processo este em litigio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 10.976,10, influenciando no resultado do exercício.

Processo Trabalhista n 0002246-70.2014.8.08.0004– CCS, fase de Recursos, na situação de perda provável, processo este em litigio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 100.000,00, influenciando no resultado do exercício.

INSS e FGTS períodos anteriores, aguardando parcelamento do centro comunitário de saúde, totalizando o montante sem acréscimos de R\$ 348.868,47 (trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), e



Compromissário reconhece o dever de ressarcimento ao Compromitente do valor recebido a maior e apurado nos processos administrativos nº 1727/2019, 8099/2017, 19331/2016, 3782/2017, 14547/2017, 14430/2017, 1497/2022 e 8198/2022, perfazendo, com atualização e juros de mora incidentes até a presente data, R\$ 258.479,24 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), conforme memória de cálculo elaborada pela Secretaria Municipal de Fazenda. O Compromissário deverá efetuar o pagamento do valor indicado na Cláusula Primeira em até 60 parcelas mensais e consecutivas, iniciando a primeira até o dia 25/05/2022 e as demais até o dia 25 dos meses subsequentes, e sobre cada uma das parcelas deverá incidir correção monetária pelo índice IPCA-E.

Descrição	2023	2022
HOSPITAL	348.868,47	400.564,35
<i>INSS a recolher</i>	<i>71.647,05</i>	<i>71.647,05</i>
<i>FGTS a recolher</i>	<i>104.901,98</i>	<i>104.901,98</i>
<i>Processo PMA Devolução Conv CCS</i>	<i>172.319,44</i>	<i>224.015,32</i>

20. Patrimônio Social

O valor do saldo da conta Patrimônio Social é de R\$ 8.435.065,53 (oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, sessenta e cinco reais e vinte e cinquenta e três centavos), acrescido dos superávits, diminuído dos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, após aprovação da Assembleias de Associados.

21. Não remuneração dos administradores

A entidade não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.

Nem distribui a quem quer que seja dividendo, bonificações, participações nos resultados ou parcelas de seu Patrimônio Social.



A entidade teria um gasto adicional de R\$ 64.583,66 (sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), por ano, tomando como base o salário referência em horas trabalhadas da diretoria da junta do MEPES, se não existissem serviços de voluntários no total de 06 que compõe a diretoria no exercício de 2023.

22. Aplicação dos Recursos

Os Recursos da entidade são aplicados exclusivamente no país, em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social.

23. Do registro dos atos e fatos contábeis exercício 2023:

As subvenções públicas, por tratarem-se de recursos públicos e, portanto, patrimônio público, constitui-se obrigação da entidade em uso no objetivo específico e detalhado no convênio e aplicação integral para consecução da transformação social proposta. Portanto, no momento de sua liberação condicionada ao uso, contabilizamos como passivo circulante (subvenção pública) por ainda estar passível de devolução em caso de não uso ou de mau uso, já que o passivo representa obrigação da entidade.

A cada etapa elaborada do projeto, nos termos do previsto no convênio, somente neste momento contabilmente os gastos são considerados custos realizados e também reconhecida à receita, pois a partir deste momento o recurso não está mais sujeito à devolução e também neste momento é dada a baixa no passivo, na conta subvenção pública.

24. Requisitos Para Imunidade Tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).



O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a. não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b. aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c. mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

25. Requisitos Para Manutenção Da Isenção Tributária

O **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO - MEPES** é uma entidade beneficente de assistência social, possuidor da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS) sob o nº processo 71000.000518/2010-71 e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09, cumpra os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- a. não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- b. aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- c. não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;



- d. atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- e. tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- f. consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei n°. 8.742/93 (LOAS) e Decreto n°. 6.308/07.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- a. possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- b. mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- c. conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- d. cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- e. elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

26. Gratuidades dos serviços

Todos os serviços assistenciais oferecidos pela entidade são inteiramente gratuitos, sem cobrança de qualquer valor, nem mesmo a título de reembolso.



Ressaltamos nestas Notas os valores das renúncias estão dispostos em contas específicas no Balancete Analítico em contas de compensação.

Estas renúncias fiscais, são valores não cobrados de tributos federais e municipais sobre as receitas próprias de entidades sem fins lucrativos, onde o poder público renuncia a tais valores para serem reinvestidos nas atividades-fim da entidade, previstas em seu estatuto social.

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

Tributo	Alíquota (%)	Custo da Isenção (R\$)
Contribuição previdenciária patronal sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais	20,00	4.171.863,70
RAT/SAT	1,00	
Terceiros (Saúde, Educação, etc.)	5,80	
PIS FOLHA	1,00	155.666,56
CSLL	9,00	41.533,60
IRPJ	15,00	69.222,66
Adicional IRPJ	10,00	46.148,44
COFINS	3,00	13.844,53
ISS	5,00	23.074,22
Total da isenção usufruída		4.521.353,71



26.1. Resultados Sociais

26.2. SERVIÇOS PRESTADOS EM SAÚDE

As gratuidades econômicas totalizaram em atendimentos do sistema único de saúde SUS, atendimentos sociais gratuitos prestados à população, foram atendidas 304.907 pessoas durante o ano de 2023, conforme dados do DATASUS, fornecida pelo CCS.

Porcentagem Internações:

Atendimento SUS: 99,50 %

Porcentagem Pronto Socorro

Atendimento SUS: 96,40 %

Porcentagem Geral

Atendimentos SUS: 97,10

Tivemos recebimentos com equipamentos, mão-de-obra, materiais para o Hospital Maternidade de Anchieta referente ao valor de R\$ 40.593,93, referente a doações do Bazar Amigos do Bem e do Bazar Solidários do Amor, onde grupos de voluntários prestam serviços em benefícios ao Hospital, referente ao ano de 2023

Com base nas informações apresentadas pelo Relatório de Atividades 2023 do MEPES, em atendimento ao Decreto nº 2.536/98 e alteração introduzida pelo Decreto nº 4.327/02, o volume de internações e procedimentos realizados em 2023, medida por paciente/dia foi:



DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS – SAÚDE

TIPOS DE ATENDIMENTOS (DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS)	SUS 96,6%
Internações Obstétricas	1
Internações Pediátricas	164
Internações Cirúrgicas	278
Internação Clínica Médica	808
Internações Covid	16
Exames Laboratoriais	8.230
Exames de Imagem	2.386
ECG	784
Procedimentos PS (consultas/Observação/Atendimento Geral)	18.874
Atendimento de Enfermagem	39.432
Administração de Medicamentos	134.450
Pequenas Cirurgias/Procedimentos Invasivos	491
Cirurgias	278
Consulta Médico Cirurgião	278
Consulta Médico Anestesista	278
Partos Normal	1
Procedimentos de Fisioterapia	2.956
Atendimentos Sociais	5.751
Refeições servidas	89.451
Total de atendimentos	304.907

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HPH



a. Atendimento ao SUS

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 e decreto nº 7.237/10 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 96,6%.

A entidade desenvolveu suas atividades operacionais dispondo de 54 leitos, sendo que 52 destinados ao SUS, cerca de 96,30 da sua capacidade instalada.

O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na área de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

b. Cumprimento De Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto nº. 7.237/10 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

26.3. SERVIÇOS PRESTADOS EM EDUCAÇÃO

A entidade não cobra nenhum valor dos estudantes, por se tratar de entidade filantrópica sem fins lucrativos, presta serviços inteiramente gratuitos em prol da comunidade, no ano de 2023 foram atendidos 3.139 alunos na rede educacional, sendo que desse total, 2.2821 alunos regular, 292 alunos do ensino infantil – creches, e 26 alunos ensino técnico gastronomia, os alunos são beneficiados com bolsas 100% gratuitas CEBAS, os alunos das efas estudam em regime de alternância, com recursos públicos e doações.

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 (Educação Básica), a instituição, concedeu Bolsas 100% CEBAS, conforme demonstração abaixo:



Educação Básica, Fundamental, Médio e Técnico – Bolsas 100% Integrais	Alunos/ Beneficiados
EFA OLIVÂNIA	244
EFA ALFREDO CHAVES	160
EFA RIO NOVO DO SUL	78
EFA IBITIRAMA	75
EFA KM 41	123
EFA CASTELO	135
EFA BLEY	300
EFA RIO BANANAL	114
EFA PINHEIROS	71
EFA CHAPADINHA	140
EFA VINHÁTICO	207
EFA MARILÂNDIA	272
EFA GARRAFÃO	217
EFA BOA ESPERANÇA	127
EFA JAGUARÉ	137
EFA BELO MONTE	67
EFA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	94
EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE	260
Total EFAS Apuração Custo Aluno	2.821
EFTUR PIETROGRANDE - Curso Técnico Serviços Restaurante e Bar	26
CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	292
Total Geral Atendimentos	3.139

a. Da Concessão dos Recursos Em Assistência Educacional – BÁSICA

A ENTIDADE, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº. 12.101/09 e artigo 25 do Decreto nº. 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº. 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio



de material didático dos alunos 100 % bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20%, foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei nº. 12.101/09, descrito a seguir:

“ Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1o, pelo menos 20% (vinte por cento)” da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2023 (considerando a Lei nº. 12.101/09) estão demonstradas a seguir:

Descrição	EFAS	TOTAL
Receita Bruta de Mensalidade	R\$ 21.050.108,65	R\$ 21.050.108,65
(-) Bolsas de Estudos Integrais	(R\$ 21.050.108,65)	(R\$ 21.050.108,65)
Mensalidades a Receber – Final	0,00	0,00
Base de Cálculo da Gratuidade	0,00	0,00
Gratuidade Concedida	R\$ 21.050.108,65	R\$ 21.050.108,65
% ALCANÇADO EM GRATUIDADE		100 %

Estes valores estão demonstrados na DRE, como Gratuidades Financeiras – Bolsas de Estudos, na conta de Receitas.



27. FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infra-estrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº. 109/09 e Decreto nº. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

28. PROCESSOS JUDICIAIS PERDA POSSÍVEL

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, vem buscando esforços para a construção de acordos judiciais, onde listamos processos com prognóstico de perda possível:

Nº Processo	Valor Reconhecido. (RS)
0000785-94.2020.5.17.0152	55.815,95
0002384-95.2018.8.08.0004	1.000,00
0000020-82.2020.8.08.0004	361.976,00
003014-59.2015.8.08.0004	1.000.000,00
Total	1.418.791,95

Processo encontra-se na situação de perda possível, a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso e que poderemos definir o valor a ser executado, considerando as incertezas neste momento, não podemos prever este valor, está sendo avaliados vários fatores, com base no parecer do jurídico, os reflexos ainda não se encontram passíveis de reconhecimento, visto a dificuldade de cálculo



dos impactos destes fatores na provisão, já que ainda necessita uma maturação do entendimento do judiciário frente aos temas.



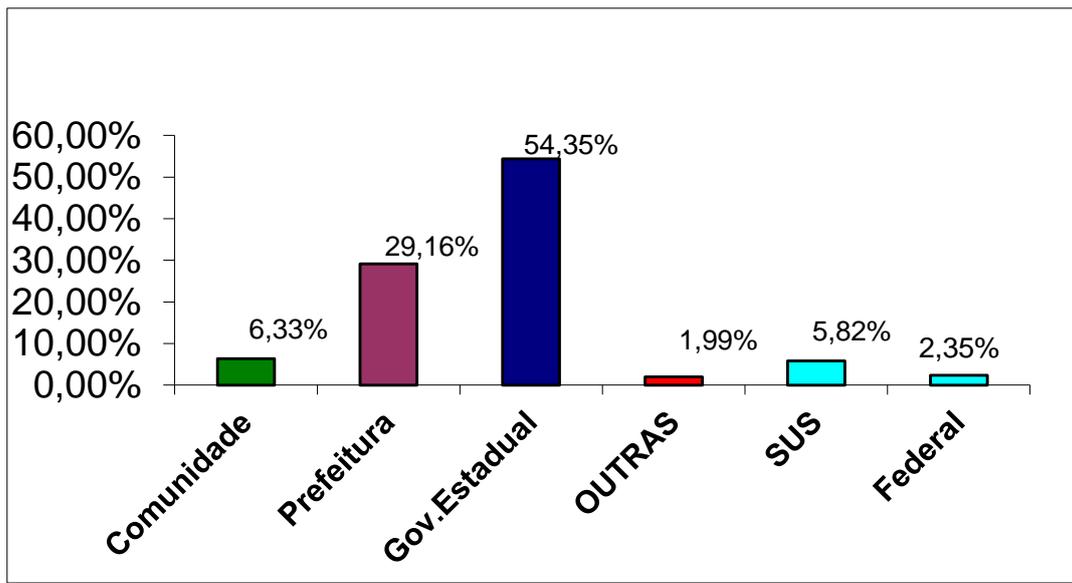
29. CONVÊNIO DO PODER PÚBLICO E COMPROMISSOS DE DOAÇÕES

Em 2023 a entidade assinou os seguintes convênios no valor total de R\$ 41.306.733,63 (quarenta e um milhões, trezentos e seis mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), distribuídos assim:

Poder Público	Valor
SEDU – Governo do Estado do Espírito Santo	19.647.802,72
Prefeitura Municipal de Castelo	200.000,00
Prefeitura Municipal de Anchieta CCS Aditivo	6.404.376,84
Prefeitura Municipal de Anchieta CRECHES	1.462.779,04
Prefeitura Municipal de Anchieta – Olivânia	297.294,60
Prefeitura Municipal de Anchieta – EFTUR	265.000,00
Prefeitura Municipal de Jaguaré	145.200,00
Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves	130.000,00
Prefeitura Municipal de Nova Venécia	335.000,00
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	250.000,00
Prefeitura Municipal de Boa Esperança	200.000,00
Prefeitura Municipal de Pinheiros	93.954,00
Prefeitura Municipal de Montanha	130.000,00
Emendas Federais – CCS	847.798,64
Termo de Fomento Sectides, Eftur	450.766,02
Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco	310.620,80
SEAG	181.740,10
Termos SEDU (Equip, Biblioteca, Custeio, EFAS)	6.550.396,57
Prefeitura Municipal de RNS – PA	3.404.004,30
TOTAL	41.306.733,63

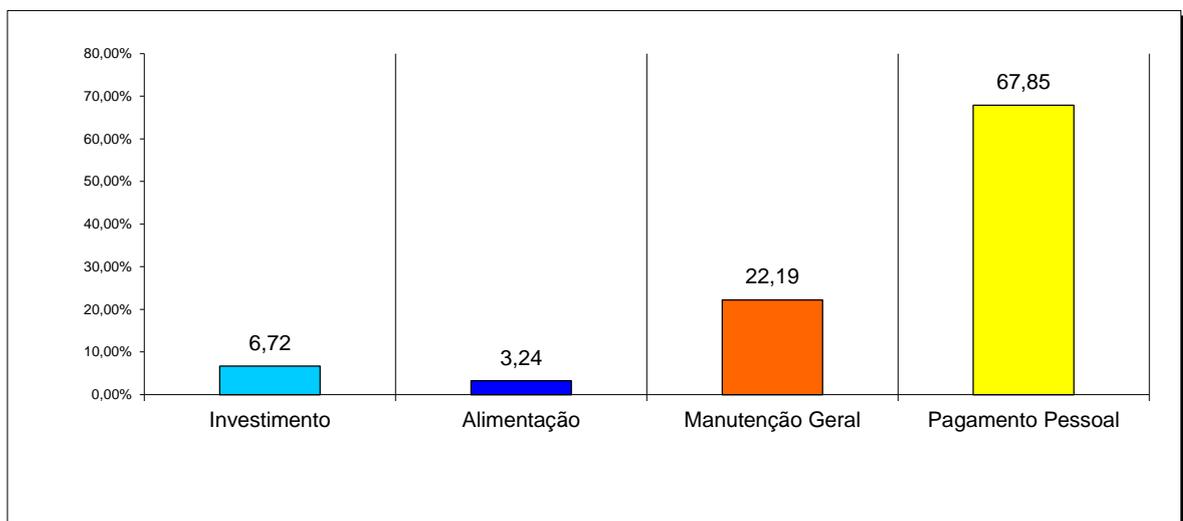
30. GRÁFICOS

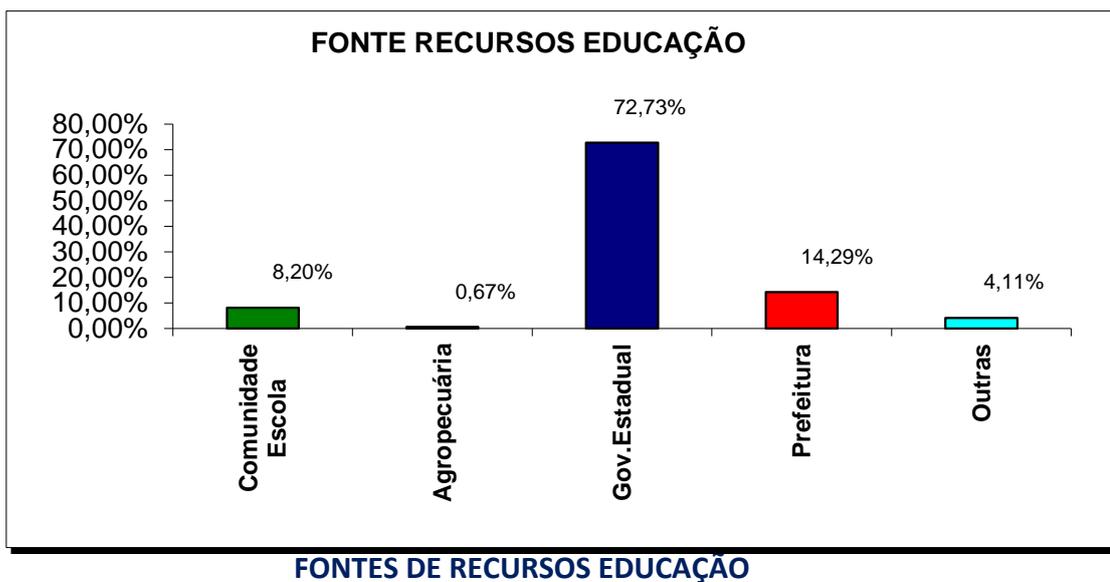
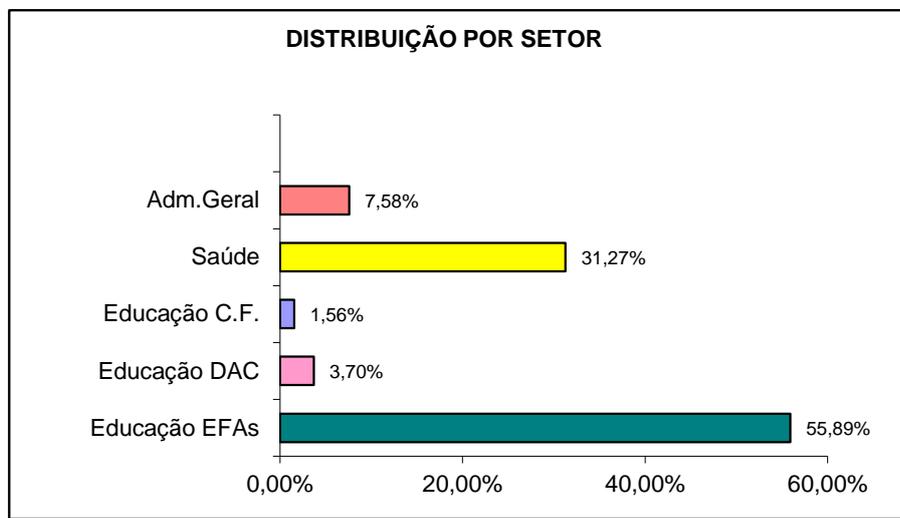
Nos quadros seguintes oferecem em percentuais, a procedência dos recursos, os tipos de despesas em que são utilizados e os setores onde são investidos:

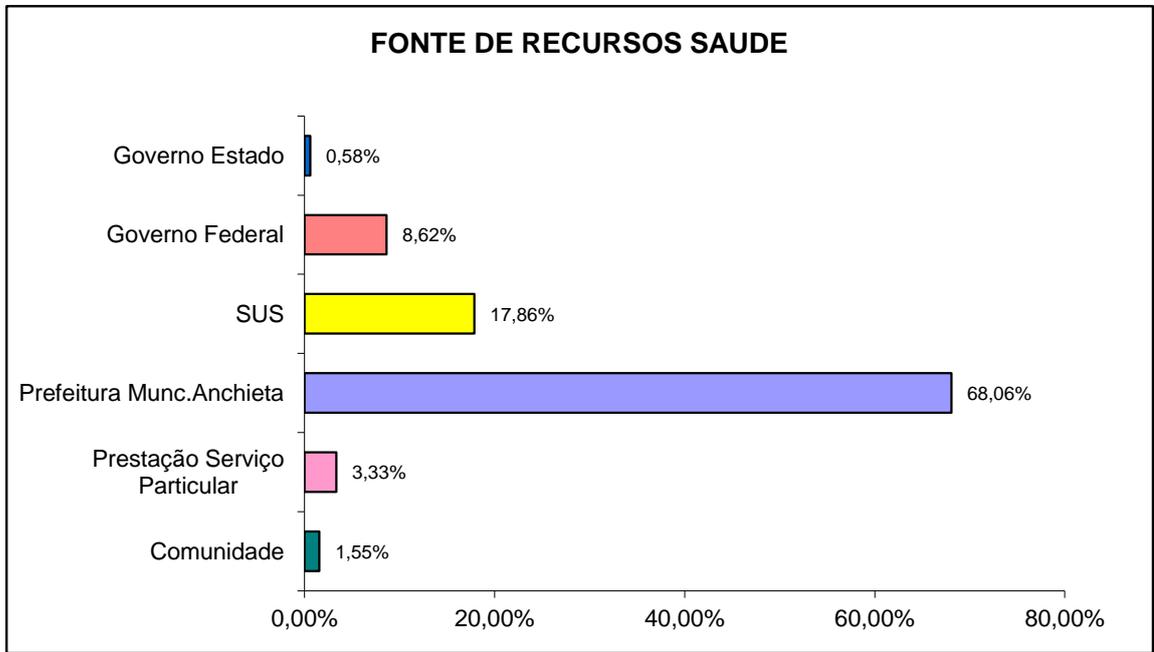


FONTE DOS RECURSOS FINANCEIROS

DISTRIBUIÇÃO POR DESPESA







FONTES DE RECURSOS SAUDE

Anchieta- ES, 31 de Dezembro de 2023.

**DARCI
SCHAEFER:01
542078709**

Assinado de forma digital por DARCI
SCHAEFER:01542078709
Dados: 2024.04.16 08:39:49 -03'00'

Darci Schaefer
Presidente do MEPES

**MATEUS RAMOS
SCHEIDEGGER:1
0977820777**

Assinado de forma digital por MATEUS RAMOS
SCHEIDEGGER:10977820777
Dados: 2024.04.16 08:18:17 -03'00'

Mateus Ramos Scheidegger
CRC – 15.786/O-ES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Diretores do
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO.
Anchieta - ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2023** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO em 31 de dezembro de 2023**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), combinado com a ITG 2002 (Resolução CFC 1.409/2012).

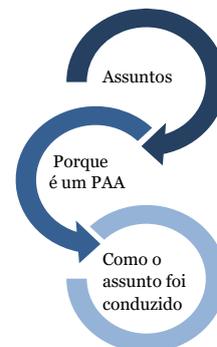
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Assunto	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><u>Convênios públicos (nota explicativa n^os 8; 10)</u></p> <p>Os convênios públicos firmados pelo MEPES, que representam 52% do total do ativo, são instrumentos vitais para a ampliação e eficácia de suas ações sociais. As normas contábeis ITG 2002(R1); NBC TG 07(R2), exigem e orientam a entidade na correta mensuração e divulgação das transações relacionadas aos convênios, assegurando a conformidade com os princípios contábeis e a legislação vigente.</p> <p><u>Materialidade:</u></p> <p>A materialidade é um conceito fundamental na condução dos trabalhos de auditoria. Ela permite ao auditor avaliar se as distorções identificadas têm</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisamos e atualizamos nosso entendimento acerca dos controles internos sobre esses ativos; • Avaliamos a exatidão das informações financeiras, além de checarmos a conformidade com as cláusulas contratuais e regulamentações aplicáveis. • Definimos como critério de materialidade 3% do total do ativo da Entidade, equivalente a R\$ 1.348.142,10.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Assunto	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
o potencial de afetar de forma significativa as demonstrações contábeis como um todo. Além disso, a materialidade é utilizada para determinar os intervalos de cálculo das amostragens, tanto as amostragens de julgamento quanto as estatísticas.	<ul style="list-style-type: none">• Buscamos garantir que as distorções relevantes fossem identificadas e tratadas adequadamente, fornecendo uma opinião confiável sobre a situação financeira e o desempenho da entidade.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, por ocasião da emissão do relatório datado de **24 de abril de 2023** e não continha modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 15 de abril de 2024.

KLAUS XAVIER DE OLIVEIRA:017286
61706

Assinado de forma digital
por KLAUS XAVIER DE
OLIVEIRA:01728661706
Dados: 2024.04.19 09:43:58
-03'00'

A.C.A. Auditoria e Consultoria.
CRC-ES 516/O-5
Klaus Xavier de Oliveira
Contador CRC-ES 11491/O-5